

## Contra o corte de ponto

# Greve se mantém na trabalhista e na federal

### Assembleia geral hoje, às 15h, no TRT-2

Wladimir de Souza



Vigília e assembleia no TRT, que aprovou a manutenção da greve na JT (dir.)

A partir das 9h30, haverá atividades na JT/Barra Funda com Assembleia setorial às 13h

Pela revogação do corte de ponto e compensação dos dias, os servidores do TRT/JT e do TRF/JF continuam em greve e fazem nova assembleia hoje, às 15h, em frente ao TRT-2, na Consolação. Os servidores do TRE voltam ao trabalho, após garantirem a revogação do desconto.

A decisão foi aprovada ontem em assembleia em frente ao TRT, por

causa do corte de ponto no TRT e da intransigência da administração. A assembleia, que aconteceria no Eleitoral, foi transferida para o TRT.

A vice-presidente do tribunal, Sônia Franzini, relatora do processo administrativo que pede a revogação do corte, havia se comprometido a dar uma resposta aos servidores, entretanto reafirmou não ter competência para dar o efeito

suspensivo ao corte, mas disse que iria tentar conversar novamente com o presidente do TRT, hoje. O desembargador, ontem, não recebeu os servidores.

“Esta é a última pendência para suspender nossa greve”, esclareceu Inês de Castro, diretora do Sindicato.

“Sem a revogação do corte de ponto, o servidor retornará sem o compromisso de colocar

o serviço em dia”, disse Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud e do Comando de Greve.

As atividades de greve na JT/Barra Funda terão início às 9h30 e uma assembleia no Fórum será realizada às 13h. Em seguida, todos partirão para a assembleia geral. “Precisamos de todos os colegas da JF e TRF”, afirmou Henrique Sales, do comando de greve.

#### TRF-3 ameaça corte de ponto no JEF/Americana

A Portaria nº 1605, publicada no Diário Eletrônico da JF de ontem, ameaça corte de ponto no JEF de Americana. A portaria institui a suspensão dos prazos e determina o corte de ponto de todos os servidores. Hoje o Sindicato irá procurar a presidência do TRF para solicitar a revogação de qualquer desconto. Com a ameaça, os servidores do TRF/JF também têm que resolver essa pendência para suspender a greve.

## Vitória no TRE: revogada “portaria do desconto”

Com o compromisso de revogação da portaria, os servidores decidiram retornar hoje ao trabalho

Após a forte mobilização na semana passada, o presidente do TRE, desembargador Walter de Almeida Guilherme, informou ontem, 12, em reunião com o Sintrajud, que irá revogar a portaria que determinava o desconto dos dias parados dos servidores em greve. Participaram da reunião os diretores do Sindicato Maria Cecília, Eliseu Trindade, Erlon Sampaio, Angélica Olivier, o ser-

vidor do TRE Renato Ribeiro e a coordenadora do departamento Jurídico, Eliana Ferreira.

Para Cecília, foi a força da mobilização e a solidariedade da categoria que garantiu que a presidência do tribunal acatasse o pedido do sindicato de revogar a portaria e reconhecer o direito de greve dos servidores. “Essa decisão fortalece a nossa luta. Sem dúvida quando voltarem

ao trabalho, os servidores terão mais tranquilidade e energia para colocar o serviço em dia”, disse.

Desde o início das mobilizações os servidores do TRE estão sendo penalizados com o desconto dos dias parados. O Sintrajud realizou uma ampla campanha de arrecadação para o fundo de greve e conseguiu restituir o desconto dos dias do mês passado para que os servi-

dores não fosse penalizados por estarem em greve.

O servidor do TRE Renato Ribeiro disse que a revogação da “portaria do desconto” foi uma vitória não somente da eleitoral, mas de toda a categoria. “Uma greve forte e unida foi determinante. Somente através da solidariedade reverteremos medidas arbitrárias que prejudicam os trabalhadores”, ressaltou.

# Reunião ampliada da Fenajufe aprova suspensão da greve e “Apagão” no dia 4

*A delegação de São Paulo defendeu a proposta aprovada em assembleia de manutenção do movimento*

No último sábado, os delegados da reunião ampliada da Fenajufe aprovaram suspender a greve, mas decidiram manter o estado de greve e as mobilizações com um calendário de atividades para o mês de agosto. Essa decisão foi apontada como um recuo estratégico, em função da suspensão das atividades legislativas e também do esvaziamento do Poder Judiciário nesse período. A ampliada indicou que a agenda de atividades continua e que os sindicatos devem trabalhar a intensificação do movimento já a partir de agosto.

Os servidores de São Paulo

defenderam a continuidade do movimento, de acordo com decisão aprovada em assembleia estadual realizada na quinta-feira passada. Na maioria das intervenções dos delegados e observadores ficou claro que a categoria precisa continuar a luta no segundo semestre e, nesse sentido, foi aprovado um “Apagão no Judiciário Federal e no MPU” no dia 4 de agosto. A avaliação dos servidores presentes é que com o impasse instalado no processo de negociação entre as cúpulas do Judiciário e do MPU com o governo federal, é fundamental retomar um movimento mais

intenso em todos os estados para pressionar em defesa do fechamento de um acordo capaz de garantir a aprovação da revisão salarial.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, todos os avanços nas negociações, inclusive a votação na Ctasf foi fruto da greve. “Nossa luta deve continuar. Nossa mobilização é um exemplo de coragem da categoria. Mesmo que a maioria dos estados decida suspender a greve, está claro que a luta deve ser retomada com todo vigor no início de agosto”, ressaltou Melqui.

Os delegados da reunião am-

pliada da Fenajufe, após decidirem pela suspensão da greve, aprovaram um calendário de mobilizações que inclui um “Apagão do Judiciário Federal e do MPU” no dia 4 de agosto em todo o país.

De acordo com a decisão da ampliada, o “Apagão” será precedido de uma reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe, no dia 31 de julho, e de reunião ampliada, em 1º de agosto. O objetivo das reuniões é discutir com representantes de todos os sindicatos o cenário das negociações e a retomada da greve nacional pela aprovação dos planos de cargos e salários.

## DOIS PESOS...

# Lula quer submeter PCS a sucessor, mas ‘reajusta’ juros de banqueiros em R\$ 30 bi

A preocupação que o presidente Lula diz ter ao querer submeter o PCS ao seu sucessor desaparece quando o assunto são os juros das dívidas públicas internas e externas pagos a banqueiros.

Só o aumento da Selic em 1,5% vai acrescer R\$ 29,2 bilhões nas despesas da União. O Valor é mais de nove vezes superior ao custo líquido anual estimado para a revisão do PCS.

O presidente Lula não cogitou consultar os candidatos à Presidência para avaliar a decisão do Banco Central de aumentar a taxa de juros. Ao receber o presidente do STF, Cezar Peluso, no dia 1º de julho, Lula disse que a definição do PCS deveria ficar para depois das eleições e ser submetida ao futuro presidente.

Mas a conta extra com os juros, cujo custo anual está em R\$ 199 bilhões, pode ser bem maior. “Todo mundo está falando que a taxa (Selic) vai chegar a 11,75% até o final do ano, é

a aposta do mercado”, diz o economista Washington Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud.

Com isso, dobra a projeção das despesas anuais extras, que chegariam a R\$ 58,4 bilhões, valor quase 18 vezes superior ao custo líquido do PCS – obtido após serem descontados os valores que retornam à União por meio de contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda.

O economista explica que parte dessa despesa não prevista – hoje em R\$ 29,2 bilhões, mas que pode dobrar – ficará para o próximo governo pagar.

Washington lembra que a decisão de aumentar os juros - os mais altos do mundo - é uma opção do governo, mas não é a única política possível para supostamente combater a inflação, como alega o Banco Central. Investir tais recursos em infra-estrutura, por exemplo, poderia expandir a capacidade produtiva do país e espantar a

ameaça da inflação de dois dígitos. “É uma política de pagamento da dívida interna e externa que favorece bancos e especuladores”, afirma.

A diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, observa que o argumento de Lula é uma desculpa para

justificar a prioridade dada aos recursos públicos. “O governo só tem a necessidade de consultar o próximo presidente quando se trata de reajustar salários de servidores, quando é para aumentar os ganhos dos banqueiros isso não é necessário”, critica.

